

Ata Circunstanciada da 37ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
37ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 6 DE MAIO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H06

TÉRMINO ÀS 16H46

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Como não se verifica o quórum de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Há 7 deputados presentes. Precisamos completar um quórum de 13 deputados para votar os projetos apreciados ontem.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Boa tarde, presidente, pares, todos os presentes.

Presidente, venho hoje apenas para agradecer a presteza de toda a diretoria da CEB Iluminação Pública, ao presidente Elie, que assumiu a direção do órgão. Eu torço muito para que o Distrito Federal seja 100% iluminado, conforme garantido.

Como representante que estou, tenho destinado recursos principalmente para nossa região de São Sebastião e também do Jardim Botânico. Entendo que a iluminação traz segurança para todos nós moradores. Por isso, destinei recursos, já com previsão de início o mais breve possível, para o Núcleo Rural Capão Comprido, conforme nossas tratativas de hoje, e também para a área ao lado do Parque dos Ipês, que é o Crixá, onde há um trecho bastante escuro.

Nós falamos também sobre outra demanda grande. A Neoenergia já atendeu toda a complementação do Morro da Cruz II, precisamente no Zumbi dos Palmares, até a BR-251 e também a DF-473, mais conhecida como Rabo do Peixe. Naquela época, quando eu era presidente da Associação dos Moradores do Morro da Cruz, lutávamos contra o ex-governador Rodrigo Rollemberg, que mandou derrubar mais de 400 casas. Nós fomos para o enfrentamento, fui algemado e jogado dentro de uma viatura. Hoje, como deputado, já destinei recursos para regularizar a região e continuo destinando recursos para iluminá-la, porque eu não sou trevas; eu sou luz na vida das

peçoas.

Estamos trabalhando para quem mais precisa. Destinei quase R\$8 milhões para regularizar e escriturar toda a região de São Sebastião. Os projetos de infraestrutura também já estão todos encaminhados, graças a Deus e graças ao mandato, por meio dos recursos que destinamos.

Falei também sobre a Vila Guim, atrás do Banco do Brasil. Em gestões passadas, os representantes queriam demolir as residências; nesta gestão, lutei para regularizá-las. Foram incluídas no PDOT várias áreas, como a Baía dos Carroceiros e a expansão do Capão Comprido. Estamos trabalhando para levar dignidade às pessoas, porque essa é a nossa missão.

Eu confesso a vocês que a reunião de hoje na CEB – na qual cobramos vários outros pontos – foi muito produtiva. Não dá para o cidadão abrir um protocolo e demorar tanto para obter uma resposta, deputado Chico Vigilante. Não dá para ficar esperando tanto pela manutenção dessas lâmpadas ou relés que queimam. Não dá para abrirmos um protocolo e ficarmos aguardando por tanto tempo.

Eu torço para que dê tudo certo, até porque eu amo morar no Distrito Federal e amo morar no Morro da Cruz, em São Sebastião.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Prosseguindo com o comunicado de líderes, concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Boa tarde. Gostaria de saudar os parlamentares presentes e aqueles que acompanham a sessão pela TV Câmara Distrital.

Início minha fala relatando que acordei hoje, às 6 horas, com um grande volume de marcações nas redes sociais, com fotos e vídeos sobre a situação do Metrô-DF. O Metrô-DF amanheceu hoje com apenas 12 trens circulando no horário de pico e um intervalo de 15 minutos entre eles. Qualquer pessoa que precisa esperar 15 minutos por um trem vai sonhar em pegar um carro ou uma moto, porque talvez ela chegue ao seu destino de forma mais rápida. São apenas 12 trens, com 15 minutos de espera entre um e outro!

Recentemente eu disse nesta tribuna que cumpri uma missão em Medellín, na Colômbia, onde o metrô completou 30 anos. O metrô de Brasília tem 27 anos. Medellín carrega mais de 1 milhão de pessoas por dia no metrô; o Metrô-DF leva 140 mil pessoas por dia. Medellín estruturou a cidade a partir do modal metroviário. Os terrenos em volta de cada estação não são vendidos pelas suas imobiliárias para outras empresas. Eles pertencem ao metrô local, que os utiliza – constrói, edifica, vende ou aluga –, e os recursos são devolvidos ao sistema metroviário.

Nós conhecemos de perto essa modelagem. Esse conteúdo está no nosso Instagram para quem quiser ver como foi rodar pegando um ônibus, fazendo a integração com o metrô e, depois, utilizando os chamados *metrocables*, que são os bondinhos. Medellín não fez isso por milagre; fez isso por investimento e por apostar em um dos modais de massa de baixa emissão de carbono e mais eficiente do ponto de vista energético. Brasília apostou no contrário, apostou no modal rodoviário. Hoje, um estudo da ANP Trilhos aponta que nós perdemos 900 mil passageiros no sistema metroviário do DF devido à insegurança e à falta de confiança no cumprimento dos horários.

Muita gente vai dizer que o metrô custa caro. O orçamento de 2024 foi executado em menos de 10%. O de 2023, em menos de 1%. Eu estou falando de, às vezes, R\$500 milhões destinados ao sistema metroviário do DF, enquanto ao sistema rodoviário, sobre pneus, são destinados bilhões de reais. Será que, de fato, o nosso sistema custa mais caro ou não há priorização?

Agora, as empresas de ônibus reclamam de uma dívida de bilhões. Nós oficiamos a secretaria – não foi 1 nem 2 vezes – para saber qual foi a base de cálculo utilizada para chegarem nesse valor de R\$1 bilhão. Não pode ser apenas uma planilha fria dizendo: rodei com uma

quantidade x de ônibus e o custo foi y . Não! Quero métrica. Quanto de *diesel* foi consumido? Quantos ônibus saíram? Quantas equipes trabalharam? Isso tem que estar na planilha. A secretaria que não tem isso em planilhas mostra erro de gestão. Uma informação como essa não pode demorar 6 meses para ser respondida, ela tem que ser respondida em menos de 15 dias. É assim quando há controle das informações. Infelizmente, não há controle das informações.

O governo aposta em alargar pistas, construir viadutos, fazer pontes etc., fortalecendo o modal individual. Enquanto isso, hoje, mais uma vez, o modal sobre trilhos amanheceu em colapso. Não há renovação de frota nem contratação de profissionais. A capital do país chegou ao cúmulo de amanhecer com o seu principal modal praticamente parado.

E esse prognóstico a comissão está dando há tempos. Em 2019, quando iniciou a gestão Ibaneis, o Metrô-DF tinha 32 trens rodando. Funciona assim. Existem 32 trens rodando, dos quais 4 ou 5 são parados para manutenção preventiva ou corretiva. Existe o trem que vai passar uma noite parado; outro, 30 dias; outro, 90 dias! Isso depende da quilometragem que os trens rodaram. Então, de 32 trens, 25, 26 ou 27 trens estavam rodando, no pico. Acontece que, agora, só 12 trens estão rodando de verdade, porque o resto parou de vez! É canibalismo! Estão tirando peças de trens antigos para repor nos trens novos, pois hoje não existem mais peças para os modais do Distrito Federal! A Alstom nem fabrica mais a quantidade de peças necessárias, e o que existe na Europa a Alstom nem quer ofertar porque existe um acordo mal explicado de passivo do GDF, que ela não quer mais resolver!

Então, com qual relato de denúncias amanhecemos hoje?

Trem 7: 9 dias parado, sem especificarem a falha. Trem 9: parou ontem, sem especificarem a falha. Trem 10: 3 dias parado, sem especificarem a falha. Trem 14: falha de isolamento de vazamento. Trem 17: 2 dias parado, sem propulsão. Trem 28: sem propulsão há 1 dia. Trem 31: sem propulsão.

Propulsão é o que faz o trem andar. Às vezes, é preciso usar um carrinho para dar um tranco, quando o trem para e é cortada a energia.

Isso não aconteceu da noite para o dia, não. Isso é histórico de colapso!

Mais uma vez, estamos oficiando o Ministério Público com uma representação, exigindo que o governo invista no Metrô e cumpra a execução orçamentária que, todos os anos, é encaminhada, mas não é realizada. Ou seja, o que o Metrô vive hoje é o planejamento de sucateamento completo de um modal sério que deveria ser respeitado e levado em consideração no Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

Passo a presidência ao deputado Martins Machado.

(Assume a presidência o deputado Martins Machado.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Obrigado, presidente deputado Chico Vigilante. Cumprimento os deputados e as deputadas presentes e aqueles que assistem a esta sessão pela TV Câmara Distrital.

É uma alegria voltar à tribuna desta casa. Louvo a Deus por esta oportunidade. Sempre assim faço agradecendo a ele, porque Deus é bom, e a sua misericórdia dura para sempre.

Presidente, começo a minha fala agradecendo aos deputados desta casa porque, ontem, aprovamos a alteração da Lei Complementar nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Distrito Federal.

Alteramos o art. 1º, inciso II, segundo o qual, agora, o doador de sangue terá direito a 2 dias de descanso, desde que comprovada a sua condição de doador de sangue. Ele poderá fazer jus a 2 dias de descanso, alternadamente, não consecutivamente. Isso é muito importante porque vai aumentar o estoque de sangue do Hemocentro, que precisa muito de doações. Então, muito obrigado aos deputados.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados que nos acompanham neste plenário, trago um tema que, muitas vezes, parece técnico, administrativo e burocrático. No entanto, esse tema toca diretamente a vida das famílias do Distrito Federal. Refiro-me ao fortalecimento do Procon do Distrito Federal e às urgentes nomeações de servidores aprovados no concurso público da carreira de defesa do consumidor.

Quando falamos em Procon, não falamos apenas de um órgão público, estamos falando da porta de entrada de milhares de cidadãos que procuram o Estado quando se sentem lesados, desrespeitados ou abandonados em uma relação de consumo. É o consumidor que contratou um plano de saúde e não teve atendimento adequado ou cujo atendimento foi negado; é a mãe que comprou um produto com defeito e não conseguiu a troca; é o idoso que foi vítima de uma cobrança abusiva; é a família que teve o nome negativado injustamente; é o trabalhador que depende de energia, água, internet, transporte, banco, escola, comércio e serviços básicos, mas que muitas vezes não tem força sozinho para enfrentar essas grandes empresas. Nessas horas, o Procon, mais do que um órgão de fiscalização, é um instrumento de cidadania, de equilíbrio e de justiça social. Por isso, é tão grave a situação que precisa ser enfrentada.

Conforme já informamos formalmente, pela própria Secretaria do Consumidor, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou que o Procon, a Secretaria de Economia, a Secretaria do Consumidor e a Casa Civil atuem em conjunto para superar os entraves burocráticos e apresentar medidas concretas para a nomeação dos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 1/2023. A decisão exige, ainda, a indicação de um calendário provável dessas nomeações.

Aqui está o ponto central: não se trata mais de promessa, de intenção ou de discurso vazio; há uma decisão do Tribunal de Contas cobrando providências concretas. O próprio documento encaminhado à Secretaria de Economia deixa claro que a nomeação dos aprovados é de extremo interesse da Secretaria do Consumidor, justamente para garantir a excelência do funcionamento do instituto e o atendimento adequado da população.

Mais grave ainda, o Procon conta atualmente com apenas 84 cargos efetivos ocupados para executar todas as atividades da carreira de defesa do consumidor, enquanto há 116 cargos efetivos vagos. Isso representa um déficit superior a 50% do quadro de pessoal da autarquia. Como exigir fiscalização eficiente sem fiscais suficientes? Como exigir atendimento rápido sem servidores suficientes? Como cobrar a presença do Estado nas regiões administrativas se o órgão responsável está com mais da metade do seu quadro defasado?

Não existe política pública forte com estrutura fraca. Não existe defesa do consumidor apenas com boa vontade. Não existe Procon eficiente sem servidor concursado, capacitado, estável e presente. É importante lembrar que esses aprovados não surgiram agora. O concurso foi realizado em 2023 e homologado e aprovado no mesmo ano. Existem processos administrativos anteriores solicitando as nomeações. Um deles pediu a nomeação de 35 cargos efetivos vagos, mas foi arquivado sem atendimento. Outro, em fevereiro de 2025, solicitou a nomeação de 59 vagas imediatas remanescentes, mas permaneceu sem qualquer motivação apresentada.

Portanto, o que se pede aqui não é privilégio nem aumento irresponsável de despesa; é planejamento, cumprimento de decisão, respeito aos aprovados e, acima de tudo, respeito ao consumidor do Distrito Federal.

O Distrito Federal precisa de um Procon forte, presente, capaz de fiscalizar, educar, orientar, punir quando necessário e proteger quem não possui forças para enfrentar sozinho os abusos do mercado. Temos um deputado que sabe disso, o deputado Chico Vigilante, que vive cobrando os preços abusivos dessa máfia dos combustíveis. Nomear os aprovados do Procon é fortalecer o Estado, valorizar o serviço público, respeitar o concurso público e, principalmente, dizer ao consumidor do Distrito Federal: você não está sozinho, o Estado estará sempre ao seu lado.

Portanto, rogo à governadora Celina Leão e ao secretário de Economia que autorizem, com urgência, a contratação dos servidores aprovados em concurso público do Procon, para que possamos fortalecer o Procon e fazer uma fiscalização muito mais forte, coibindo e penalizando, inclusive, presidente, os abusos que muitas vezes sofre o consumidor, o pagador de impostos, o pagador dos nossos salários.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Nós é que agradecemos, deputado, pois o senhor fez uma abordagem muito importante. Esperamos que sua fala ecoe no Palácio do Buriti.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, espero que os deputados desçam dos gabinetes e venham ao plenário para votarmos os projetos acordados ontem.

Enquanto isso, quero falar de um laudo pericial referente a uma ação civil pública sobre o transporte público do Distrito Federal. Trata-se do Processo nº 0704344882022807018, cujo laudo original é datado de 14 de julho de 2025. Essa ação pública, com pedido de tutela de urgente, foi ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra o Distrito Federal e as 5 empresas que operam as bacias do transporte público no Distrito Federal.

Foi nomeado pela justiça um perito judicial para apurar quem tinha razão nessas ações. A conclusão do perito judicial, deputado Gabriel Magno, é a seguinte: há empresa que tem que devolver dinheiro – e muito dinheiro. Uma delas deve devolver R\$189.352.340,23. Há uma empresa que, segundo o laudo pericial, tem a receber do GDF R\$75.577.000. Outra deve ao Governo do Distrito Federal R\$312.991.474; outra deve R\$90.883.970. E há ainda uma empresa que tem a receber, segundo o laudo pericial, R\$208.179.803. O total do saldo favorável ao GDF, segundo o laudo pericial, é de R\$309.470.678,23. Contudo, há outro problema: o Governo do Distrito Federal também deve às empresas cerca de R\$1.076.000.000, além dos constatados pelo laudo pericial feito pelo perito da justiça. O laudo pericial é público e, para quem quiser, posso disponibilizá-lo, ele está no meu gabinete.

O Distrito Federal precisa resolver essa situação, porque a verdade, deputado Martins Machado, vossa excelência que preside a sessão neste momento, é que o sistema de transporte está entrando em colapso.

Conheço empresa à qual o Governo do Distrito Federal está devendo e que, se o GDF não pagá-la, vai parar, porque ela não tem dinheiro para sequer comprar o combustível. Há empresa que foi remunerada 2 vezes pela prestação do mesmo serviço; portanto, está devendo ao Governo do Distrito Federal. Na verdade, está devendo a todos nós, porque o governo não dispõe de dinheiro. Esse dinheiro é dos impostos que nós pagamos. O governo não dispõe de dinheiro, não há um pé de dinheiro nascendo para tirar folhas e dizer que isso é dinheiro. Não, são os impostos que nós pagamos! Muitas vezes, é lamentável que nós pagamos o imposto descontado na fonte, de imediato, e há empresário que embolsa esse imposto e fica devendo bilhões. Eles não repassam o dinheiro que nós pagamos! Depois, vem o Refis com todas as maneiras de beneficiar aqueles que usurparam dinheiro que não era deles.

Portanto, há um problema sério que precisa ser resolvido: esse sistema de transporte público do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – Boa tarde, presidente deputado Martins Machado, demais parlamentares presentes, imprensa e a você que nos acompanha de casa, pelo YouTube ou pela TV Câmara Distrital.

No quarto ano de mandato, nosso último ano, o deputado Chico Vigilante assumiu de vez sua vertente, sua veia liberal. É verdade: o Estado não gera R\$1! O governo apenas retira dinheiro do trabalhador, do empreendedor, de quem efetivamente produz. A partir do momento em que a população brasileira tomar consciência disso, vai trabalhar para diminuir o poder na mão de governantes e políticos e retomar as rédeas da nossa sociedade.

Fico triste que o PT, partido do deputado Chico Vigilante, não pense da mesma forma, e que

o Taxad tenha transformado o Brasil no país que mais cobra impostos da população, ou seja, no país que mais tira dinheiro do povo e entrega na mão de governantes.

Para a sorte do povo brasileiro, o governo Lula acabou! Antes de chegar ao final, o Congresso Nacional colocou um ponto final no governo Lula. Lula não consegue aprovar mais nem indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal. Também pudera, ele fez campanha dizendo que jamais colocaria amigos no Supremo Tribunal Federal! Depois, indicou um amigo, Flávio Dino, e disse que tinha satisfação em nomear o primeiro ministro comunista do Supremo Tribunal Federal, como se houvesse algum país comunista que preste no mundo! Mas o Lula se alegrou com isso! Depois, ele indicou seu advogado, Cristiano Zanin. Foram 2 indicações que contradizem o que ele prometeu na campanha.

Agora, ele tentou indicar alguém muito próximo a ele, aquele da ligação com a Dilma que termina com "tchau, querida", que depois virou uma espécie de *slogan* nacional no *impeachment* da Dilma. Todo mundo dizia "tchau, querida" para ela. Daqui a pouco, vamos dizer tchau para o Lula, porque ele vai ser retirado do cargo pelo voto popular. Aquele que a Dilma chamou de Bessias era, na verdade, o Jorge Messias, hoje advogado-geral da União, que foi o primeiro brasileiro, em mais de 130 anos, a ser indicado para o Supremo Tribunal Federal e rejeitado pelo Senado Federal.

Graças a Deus, o governo Lula está acabando. Com sorte, o governo dele vai terminar antes que ele acabe com o Brasil. Se nós dermos sorte, vamos sobreviver a esses 10 meses.

Eu tento me colocar no lugar dos petistas, deputado Pastor Daniel de Castro, porque não deve ser fácil. Eles começaram o governo Lula odiando o Trump. Na verdade, quando o Trump assumiu, eles o odiavam, porque o Lula foi eleito e tomou posse antes. Depois, o Trump assume e eles passam a odiá-lo. Na verdade, era carência, eles queriam um pouco de atenção. Quando o presidente dos Estados Unidos deu um pouco de atenção ao Lula, eles comemoraram e disseram que havia química entre eles, quase amor à primeira vista, deputado Rogério Morro da Cruz! Depois, virou ódio de novo. É uma relação que nós não sabemos bem em que vai dar.

O fato é que agora o Lula embarcou para os Estados Unidos, e adivinhem qual é a pauta? Defender o PCC e o Comando Vermelho, dizer que o PCC e o Comando Vermelho não podem ser tratados como grupos terroristas.

Eu não sei quanto ao Lula, mas esses grupos aterrorizam o cidadão comum. Esses grupos aterrorizam São Paulo, aterrorizam o Rio de Janeiro, aterrorizam o Ceará, aterrorizam diversas unidades da Federação, diversas cidades. Há cidades-fantasma hoje no Nordeste que são aterrorizadas. A população foi embora pelo terror causado por essas facções, e o presidente do Brasil está indo aos Estados Unidos discutir se essas facções devem ou não ser consideradas grupos terroristas. É óbvio que devem.

Aproveitando o ensejo, deputado Martins Machado, o Brasil deve, inclusive, reduzir a maioria penal. É um imperativo moral para o Brasil reduzir a maioria penal.

Na semana passada houve um estupro coletivo cometido por muitas pessoas. Foram violadas 2 crianças para o resto das suas vidas, e só 1 dos delinquentes que acabaram com a vida dessas crianças era maior de idade; nem crime pode-se dizer que os outros cometeram – é ato infracional. O que eu estou querendo dizer é que a maioria penal, aos 18 anos de idade, tem protegido criminosos, tem protegido delinquentes. É necessário que esses que praticam esse ou qualquer tipo de crime respondam criminalmente pelos seus atos, na minha opinião, pelo menos, desde os 14 anos de idade, como os nossos vizinhos argentinos adotaram para o seu país em sua legislação.

Eu encerro a minha fala, presidente deputado Martins Machado, agradecendo o excelente trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal. Eu ainda há pouco estava com o comandante Palhares. Ele apontava alguns dados e trazia alguns números do que tem acontecido no Distrito Federal, das ações da polícia e dos bons resultados que a Polícia Militar do Distrito Federal entrega para a nossa população apesar dos desafios, como, por exemplo, retirar meliantes de circulação e no dia seguinte eles estarem nas ruas de novo. Há criminosos em Brasília que são retirados 14, 15, 16 vezes das ruas; a polícia prende, e eles são soltos.

Apesar de tudo isso, os resultados têm sido bons e a sensação de segurança da nossa

população tem aumentado. Isso tudo é graças ao trabalho da PMDF, instituição a qual agradeço e que parablenizo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas.

Eu preparei alguns tópicos, mas antes eu preciso comentar a hipocrisia da extrema-direita. Eles acusam o governo do presidente Lula, acusam-no de coisas que aconteceram, deputado Chico Vigilante, e se esquecem da história recente do Brasil. Esquecem que eles defendiam o governo Bolsonaro, o governo da fome, da fila do osso, do desemprego, do negacionismo; o governo que condenou mais de 700 mil pessoas à morte na pandemia, enquanto o presidente ficava debochando das pessoas sem ar, sem oxigênio.

Eles se esquecem do governo que colocava granada no bolso do servidor público, que tinha relação com miliciano, com madeireira e com garimpo ilegal. Esse é o governo da extrema-direita, esse é o governo Bolsonaro que eles defendem. Esse é o governo que o povo rejeitou nas urnas, mesmo eles aparelhando o Estado – aparelharam a PRF, a polícia. Tentaram usar, inclusive, o Bolsa Família – sempre foram contra o programa – para comprar voto. Mas o povo não topou. Perderam nas urnas.

Aí tentaram um golpe. Agora dizem que são a favor da segurança, mas foram eles, no Congresso Nacional, que votaram e comemoraram o projeto de lei da bandidagem, que visa diminuir pena de golpista, de torturador, de esturador, de pedófilo, de traficante, de feminicida. Eles estão do lado dos bandidos.

Votaram e comemoraram o projeto de lei que trata da dosimetria, um nome bonito, mas é o projeto de lei da bandidagem, dos amigos dos bandidos. Quem votou a favor dele? Aqui no DF, a tal da Bia Kicis, para reduzir a pena desta turma – bandido, esturador, feminicida, traficante, golpista –, votou a favor do projeto. É preciso colar na realidade.

Agora estão defendendo o trabalho infantil, dizem que criança tem que trabalhar e são contra o fim da escala 6x1. Essa é a extrema-direita. Eu precisava colocar os fatos e a verdade nesta tribuna.

Presidente, hoje também quero fazer justiça, como é a prática política da oposição nesta casa. Quero agradecer à governadora Celina Leão e parabenizá-la por hoje ter recebido o Sindicato dos Professores para tratar de uma pauta urgente, acumulada durante esses 8 anos de governo Ibaneis – que tratou muito mal a educação pública.

Foi uma importante reunião. Nós vamos continuar cobrando os encaminhamentos do pagamento do salário dos temporários, que está errado até hoje. O compromisso é pagar amanhã o salário e a folha suplementar corrigida. Nós esperamos que se resolva esse problema.

O EducaDF não funciona. Inclusive, sobre isso, estou com um relatório das escolas, o qual reporta vários problemas. O sistema não funciona. Há problemas no registro acadêmico e no histórico escolar desde 2024, assim como no lançamento de notas e frequências: os professores as lançam e elas desaparecem do sistema. Notam-se também dificuldades para os professores no acesso e na operação: não há senha, o sistema trava; são vários cliques para lançar uma nota, uma informação.

Há problemas com matrícula e cadastro dos estudantes. Estão tendo dificuldade, deputado, inclusive para obter a declaração para receber o Pé-de-Meia; agrura semelhante acontece para as famílias que recebem o Bolsa Família, elas não conseguem imprimir os cadastros e os comprovantes. No relatório de exportação do sistema, há documentos e impressões com erros.

O sistema não é funcional e não ajuda no trabalho; pelo contrário, exige refazer tarefas. É necessário clicar 15, 20 vezes para lançar ou acessar uma informação, o que tem atrapalhado a organização pedagógica das escolas; elas não conseguem encerrar o bimestre.

Outro compromisso oriundo da reunião de hoje é que esses problemas serão resolvidos. Eu acho que, para solucionar isso, é preciso acabar com o contrato com a Caixa Informática. São R\$40.000.000 investidos em um sistema que não funciona; nós vamos acompanhar o caso.

Temas tratados também foram as nomeações, os acordos das greves de 2023 e do ano passado, os superendividados – são mais de 11 mil professores superendividados hoje na rede – e a reestruturação da carreira.

Então, quero agradecer à governadora Celina e parabenizá-la pela reunião e pela abertura ao diálogo institucional, que é importante e é papel de quem governa a cidade, independentemente do matiz ideológico defendido. É preciso receber e respeitar os sindicatos.

Concluo dizendo que, no dia 18 de maio, deputado – sei que vossa excelência também acompanha essa pauta –, é o Dia Nacional da Luta Antimanicomial em todo o Brasil; e o tema saúde mental é muito importante.

Estamos vivendo no DF um grave colapso da política de atenção à saúde mental. Aqui está a segunda pior cobertura de Caps do Brasil. O tempo médio de espera para um atendimento psicológico no DF é de mais de 90 dias, chegando a 952 dias de acordo com o Mapa Social do DF, plataforma do Ministério Público.

Há 7.156 solicitações de atendimento, mas apenas 18% delas são atendidas. Nós temos na rede de saúde apenas 286 psicólogos. Eu trago esses dados porque acho que essa é uma demanda fundamental. É preciso avançar na política de atenção à saúde mental e na política de atenção psicossocial nesta cidade construindo mais Caps, contratando mais psicólogos e especialistas, desmontando um hospital que funciona de maneira ilegal nesta cidade: o Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo. Ele é ilegal!

Nós só vamos conseguir democratizar o acesso à política de saúde mental se acabarmos definitivamente com os manicômios. Por isso, temos atuado muito não apenas com representações no Tribunal de Contas e no Ministério Público, mas também, como fizemos recentemente, diante da tentativa de fechamento do Caps AD III Brasília, o Caps Candango, localizado na Setor Comercial Sul. Aquele Caps é muito importante para o território pelo serviço que presta. Nós precisamos de mais Caps, e não de fechar os poucos que existem.

Portanto, diante da proximidade do dia 18 de maio, o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, fazemos o apelo para que não se feche o Caps Candango; ao contrário, que se aumente a demanda dos Caps, que mais Caps sejam abertos na cidade; que se feche imediatamente o Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, que é ilegal; que se contratem mais servidores, principalmente psicólogos, assistentes sociais – equipes que estão na ponta da política de atenção à saúde mental – na capital do Brasil, que hoje tem a segunda pior cobertura de Caps do país.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Obrigado, deputado.

Encerramos o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para comunicado.) – Senhoras e senhores deputados, a governadora Celina Leão anunciou, nesta semana, que solicitou à Secretaria de Mobilidade a realização de um estudo sobre a implantação da tarifa zero no Distrito Federal.

Quero dizer que fiquei muito feliz com esse anúncio, até porque lutamos pela tarifa zero no Distrito Federal há anos – eu, particularmente, desde 2015, no meu primeiro mandato, quando apresentamos um projeto de tarifa zero para todos os trabalhadores do Distrito Federal.

Infelizmente, o projeto enfrentou muitas dificuldades naqueles anos. Era o governo Rollemberg, e os secretários daquela época não deram muita importância ao tema. Mas nós já sabíamos que a tarifa zero era um instrumento poderoso de inclusão social, de socialização, de direito à cidade, e todos os trabalhadores mereciam tê-la. Hoje, muita gente não consegue se locomover no Distrito Federal em razão do alto custo das passagens. Muitas famílias e muitos jovens

não conseguem ir de um lugar para outro em função do preço das passagens.

A tarifa zero estudantil, que apresentamos mais recentemente, em 2023, já está em tramitação. Inúmeras vezes estive na Secretaria de Mobilidade para discutir a viabilidade da tarifa zero estudantil no Distrito Federal como precursora da tarifa zero universal para todos os trabalhadores. A própria secretaria já vinha fazendo os estudos, que dizem ser viável, sim, implantar a tarifa zero no Distrito Federal, começando pelos estudantes.

Esse debate, inclusive, provocou o governo Ibaneis a implantar a gratuidade aos domingos e feriados – o ex-governador mudou o nome para Vai de Graça, mas sabemos que se trata do projeto da tarifa zero, que defendemos desde 2015. Estamos na tratativa de ampliar a gratuidade também para os sábados, deputado Martins Machado. Os alunos, durante a semana, já têm o passe livre estudantil, já têm acesso à gratuidade de segunda-feira a sexta-feira para irem à escola, ou à faculdade, e voltarem para suas casas. Pelo Vai de Graça – que é a tarifa zero aos domingos e feriados – os estudantes já estão sendo contemplados. E já havia uma conversa com o ex-secretário Zeno para expandirmos a gratuidade aos sábados para eles. Então, está tudo muito encaminhado. Quero dizer à governadora Celina que existe um estudo da própria Secretaria de Mobilidade neste sentido de primeiro colocar a tarifa zero para todos os estudantes e, depois, torná-la universal para todos os trabalhadores do Distrito Federal.

Vamos acompanhar de perto esse estudo orientado pela nova secretária de Mobilidade para que a tarifa zero no âmbito do Distrito Federal saia do papel, porque ela será de muita importância. Como eu falei, o Tarifa Zero é um projeto de distribuição de renda. Se a pessoa não gasta com os ônibus, com o metrô, vai usar esse recurso para outras atividades, vai jogar esse dinheiro no pequeno comércio do Distrito Federal, vai fazer outras coisas com o dinheiro.

Essa é uma política pública muito importante, e eu torço para que o governo Celina conclua esse estudo o mais rápido possível, até porque já existem esses estudos que provam que a tarifa zero é completamente viável. Já gastamos uma fortuna com subsídios para as empresas de transporte do Distrito Federal, cerca de R\$1 bilhão por ano; portanto, com um pouco mais de recurso, é possível implantar a tarifa zero no âmbito do Distrito Federal.

Fica o nosso compromisso de continuar lutando pela tarifa zero na nossa cidade e no país. Sabemos que o governo Lula vem fazendo esse estudo; é possível que, em um curto espaço de tempo, tenhamos a tarifa zero no nosso país e no Distrito Federal.

Como eu falei, mobilidade, transporte, é um direito como é o direito à saúde, à educação. A pessoa tem o direito de se movimentar, de se locomover; para isso, nós temos que ter a tarifa zero no Distrito Federal.

Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Deputados, deputadas, servidores que nos acompanham na Câmara Legislativa, estudantes que estão acompanhando a sessão, sejam bem-vindos.

Chegou a hora da verdade. A encenação acabou. A extrema-direita, deputado Chico Vigilante, fez um acordão no Senado com o centrão para enterrar a CPI do Master–BRB.

O discurso que era feito antes – de que eles queriam investigação, que queriam CPI, que queriam que a coisa rodasse e acontecesse – acabou. Fizeram um acordão, derrotaram a nomeação do Messias, aprovaram a dosimetria, e com isso eles não falam mais em CPI. Não vai haver CPI no Congresso Nacional. A população tem que saber disso.

Não importa se você é de direita, se você é de esquerda, se você vota no Lula, se vota no Bolsonaro. O que você tem que saber hoje é que a extrema-direita bolsonarista tomou uma decisão: ela não quer saber mais de Master–BRB. Aquela encenação de requerimento de CPI extra, de rompimento com o governo, acabou. Eles não querem saber de investigação. Eles querem que esse

assunto acabe, pois a prioridade deles agora é acordo com o centrão, até porque sabemos que é o Bolsomaster.

Muita coisa relacionada à crise do Master tem relação direta com o bolsonarismo. Este recado tem que ficar claro para a população do Distrito Federal: o que aconteceu no Senado na última semana nada tem a ver com o fim do governo Lula, tem a ver com o fim das investigações relacionadas ao Master. E a extrema-direita conseguiu, fez a encenação. São excelentes atores, fizeram uma encenação enorme neste país e agora tiraram a mão. Não vai haver CPI, não vai haver investigação, vão deixar a coisa rolar.

Do nosso lado, no Distrito Federal, não abriremos mão da investigação, da denúncia desta situação, porque quem está pagando a conta com relação ao BRB – eles não estão nem aí para isso – é a população do Distrito Federal.

Eu queria comentar, presidente, outro tema que me chamou a atenção nesta última semana, a violência que uma técnica de enfermagem sofreu no DF Star, um hospital particular do DF. Esse caso foi amplamente noticiado, deputado Gabriel Magno. Ela disse que levou um tapa na cara de um senador da República, Magno Malta, durante um procedimento. Depois de ser vítima de violência, ela se afastou do trabalho, deputados. Sabem por quê? Porque ela tem sofrido violência nas redes sociais por parte desse grupo extremista que defende o senador Magno Malta. É preciso que haja apuração rigorosa sobre o que aconteceu ali.

Quem a mandou abrir o boletim de ocorrência foi a direção do hospital. Há testemunhas que corroboram a versão dela. O senador já mudou de versão várias vezes em relação a essa história.

Nós sabemos que os nossos profissionais de saúde sofrem violência institucional em vários locais. Porém, desacreditar a palavra da vítima e não escutar o que ela falou é inadmissível. Eles estão em uma posição desigual: ele é um senador da República, e ela é uma profissional de saúde, lá na ponta, que já desligou suas redes sociais por estar sendo atacada pela turma da extrema-direita, extremista, nas redes.

Qual é o recado que nós estamos passando para a população? É que se pode cometer violência; é que, se você for um senador extremista, da extrema-direita, você pode cometer violência contra um profissional de saúde, contra um servidor público, contra um trabalhador na rua. Isso é inaceitável.

Então, eu queria me solidarizar com essa vítima. Espero que haja investigação. Do ponto de vista da desigualdade das relações sociais, nós temos que escutar aqueles que estão em uma situação minorizada, porque nós sabemos que é muito mais difícil para ela denunciar, especialmente se tratando de um senador que já teve várias histórias ao longo de sua trajetória e de sua vida. O eleitor vai resolver esse problema depois.

Não é porque ele é senador que ele pode agredir uma profissional de saúde. Então, como já foi feito, eu quero me solidarizar com essa servidora e cobrar a investigação sobre esse caso. Lamento que há gente estimulando que essa profissional de saúde sofra o que tem sofrido, ataque nas redes sociais, porque, quando desacreditam previamente a fala dela, na verdade estão corroborando a versão do autor do crime. Assim, eu queria me solidarizar com ela e dizer que essa situação é inaceitável.

O comportamento desses setores nas redes sociais não me chama atenção. Isso não é novidade. Sempre estão do lado dos agressores e, geralmente, não estão do lado das vítimas. Eu não conheço esse senador, não tenho relação com ele, mas sei que há testemunhas que corroboraram o fato, e foi a direção do hospital que a orientou a fazer o boletim de ocorrência.

Vi que o senador mudou 2 ou 3 vezes de versão em relação a esse caso. Sei que, infelizmente, no Brasil, profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, têm sido vítimas de agressão em muitos lugares. Nós já tivemos alguns casos no DF, e não podemos achar isso normal. Seja quem for, senador ou não, a pessoa não tem o direito de agredir profissional de saúde.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, como fiz ontem, não vou defender as atitudes do senador, mas considero assustadora uma fala nesse contexto. Por mais que haja um viés correto na defesa da servidora, da enfermeira, e nas apurações do fato, a finalização da fala imputa a conclusão de que o ato já é um crime, sem levar em consideração algumas coisas que são extremamente importantes: ampla defesa e contraditório. Como operador do direito, eu digo que a fala da enfermeira carece de apuração, não é verdadeira por si só.

O deputado falou que não conhece o senador, mas eu, sim. Conheço a história do senador Magno Malta, a briga dele contra a pedofilia nesta nação, a atuação dele em defesa das mulheres e das crianças.

Aqui não estou fazendo a defesa do senador; estou fazendo a defesa do direito, embasado na própria palavra do senador. Particularmente, eu sou extremamente favorável que haja uma punição exemplar ao senador se porventura tiver ocorrido o fato, mas quem vai dizer se o fato ocorreu ou não são os órgãos que o investigam e, principalmente, a Polícia Civil do Distrito Federal, que é exemplar.

O senador, presidente – se mudou ou não de versão –, fez uma fala forte dizendo que, se algo fosse provado, ele renunciaria ao mandato. Essa é uma fala forte, porque, se for provada a agressão, e ele não renunciar, podem ter certeza de que eu irei cobrar a renúncia dele nesta casa.

Por outro lado, não dá para imputar ao senador um crime, como se fosse verdadeira a fala da enfermeira. Não a estou atacando, presidente. Não estou dizendo que ela mentiu, nada disso. Estou dizendo apenas que deve haver uma apuração pesada e uma decisão antes de se criminalizar o ocorrido, porque a fala final criminalizou o senador, que é um amigo pessoal da igreja.

Ora, peguem as enfermeiras do Anchieta por exemplo. Foram mortos 3 idosos! Eu vou querer comparar os acontecimentos? Não! Vamos garantir a ampla defesa e o contraditório, que a polícia e a justiça irão dizer se o senador está certo ou errado. Se ele estiver errado, podem ter certeza de que este parlamentar virá a este microfone pedir a renúncia dele. Contudo, se ele estiver com a verdade, e o fato não tiver acontecido, tem que haver uma punição violenta em cima dessa enfermeira.

Está-se falando de um grupo que ataca, mas o grupo da esquerda também está lá, da mesma forma, do mesmo jeito, atacando todo mundo da direita com coisas que a colocam como culpada por um fato que não se sabe se realmente aconteceu. Portanto, que tenhamos paciência, e que a polícia chegue a uma decisão o mais rápido possível para sabermos quem está com a verdade nesse caso.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para comunicado.) – Boa tarde a todos, novamente.

É muito grave e muito perigoso quando alguém imputa crime a outrem, fazendo um julgamento prévio, sem provas do que eventualmente aconteceu. Nós já vimos isso no Brasil. Vou dar exemplo.

Há um monte de pessoas que estão presas hoje, injustamente, por causa do 8 de janeiro. Pessoas a quem se imputou crime sem que elas o tenham cometido. Essas narrativas, quando ganham força, muitas vezes são capazes de ocasionar julgamentos distantes da realidade dos fatos e de condenar pessoas inocentes. Há muitas pessoas presas hoje, injustamente, no Brasil; pessoas inocentes, que não tiveram a sua conduta apurada ou individualizada, que não foram julgadas no tribunal competente e que não tiveram acesso ao duplo grau de jurisdição; pessoas a quem se atribuiu, repetidas vezes, crime. A narrativa pegou, e elas foram condenadas.

Imaginem que, depois de mais de 3 anos dos acontecimentos do 8 de janeiro, há um ministro do Supremo Tribunal Federal votando em processos relacionados ao 8 de janeiro e dizendo: “Eu estava errado na avaliação que fiz antes. Essas pessoas são inocentes.” Falo, obviamente, do

ministro Luiz Fux, que passou a absolver pessoas supostamente envolvidas naquele quebra-quebra do 8 de janeiro. E mais: o ministro Luiz Fux, agora, passados 3 anos e com o distanciamento do caso que permite julgar sem o calor da emoção, está apontando de maneira clara a incompetência do Supremo Tribunal Federal para julgar essas pessoas, o que significa dizer que, em muito pouco tempo, esses processos todos serão anulados.

Vejam bem, não é dosimetria, como o deputado Gabriel Magno falou aqui, e não é anistia que se diz. Primeiro porque quem faz dosimetria – esse termo nem é o certo – não é o legislador. O legislador define a pena, que varia de tantos a tantos anos. Quem faz dosimetria é o juiz. Também não é anistia, porque anistia é para quem comete crime. Dou exemplo: a Dilma foi anistiada dos crimes que cometeu. José Dirceu também foi anistiado dos crimes que cometeu. Essas pessoas do 8 de janeiro não cometeram crime. O certo, o justo, é que esses processos sejam todos anulados; e eles serão. É questão de tempo.

Hoje, por exemplo, há 5 coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal que passaram a sua vida inteira servindo e protegendo a população do Distrito Federal e estão presos injustamente. Injustamente. Hoje, há generais do Exército Brasileiro que passaram a sua vida servindo a pátria e estão presos injustamente. Há um ex-presidente da República honesto preso injustamente. Contra ele, até se imputou o crime de – imaginem – importunar uma baleia. Ele foi absolvido, lógico. O processo foi arquivado. Não havendo nada contra ele, para tirá-lo do cenário político e para mantê-lo calado, criaram essa falácia de golpe. Os processos desses homens – coronéis, generais, presidente Bolsonaro – serão todos anulados. É uma questão de justiça.

Hoje já há, no Supremo Tribunal Federal, ministro defendendo esta tese que eu e outros deputados aqui, como o deputado Pastor Daniel de Castro, temos defendido há anos desta tribuna. Durante a CPI, nós descobrimos aqui, com evidência probatória, com lastro probatório, sobre o acampamento em frente ao quartel-general. Dizem que o caminho do crime começou numa *live* do presidente Bolsonaro, passou pelo acampamento na frente do quartel-general e culminou no 8 de janeiro. O acampamento tinha acabado. Nós provamos isso aqui na CPI com depoimento testemunhal de general do Exército Brasileiro, da Polícia Militar, das forças de segurança. Ora, se o acampamento tinha sido desfeito, o caminho do crime está desfeito. Não há nem que se falar em crime, que dirá em condenação. Nós provamos aqui que o general Gonçalves Dias foi o responsável por omitir as informações que recebia da Abin, dos órgãos responsáveis e das pessoas responsáveis pelo Plano Escudo.

Isso parece que ficou esquecido, mas vai ser lembrado, porque a história se encarregará disso. Todos os inocentes presos serão colocados em liberdade pela anulação dos processos. Todos esses processos serão anulados. É o justo, é o correto. Eu espero que um dia os culpados por isso tudo sejam descobertos e esses, sim, punidos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, primeiro, é preciso repor uma história, um fato. Dilma Rousseff nunca foi criminosa. José Dirceu nunca foi criminoso. O que eles tiveram, ainda jovens, foi a capacidade de enfrentar uma ditadura sanguinária que estava assassinando pessoas, estuprando mulheres. Alguém acha pouco o que foi feito com a jornalista Miriam Leitão? Ela coloca isso num livro de memórias sobre os porões da ditadura. Portanto, eu recomendo a alguns deputados que assistam a 2 filmes: *O Pastor e o Guerrilheiro* – é importante vocês assistirem – e *Do Outro Lado do Paraíso*. O primeiro é de cineasta de Brasília. Assim vocês vão compreender o quanto a ditadura foi maléfica.

Presidente, eu estava vendo aqui os ataques que foram feitos ao presidente Lula. É engraçado. O Flávio Bolsonaro, que eu chamo de Flávio, filho do Capiroto, ataca o Lula; o Zema ataca o Lula; o Renan ataca o Lula; o Caiado ataca o Lula; os bolsonaristas todos atacam o Lula. Já o Lula ataca o desemprego – por isso, nós estamos com a menor taxa de desemprego da história –; ataca a fome, por isso saímos do mapa da fome; o desmatamento também foi derrubado neste país; ele ataca a violência contra as mulheres, o discurso de ódio, o crime organizado e as *fake news*.

Esses são os ataques do presidente Lula.

O Lula foi para os Estados Unidos hoje porque haverá reunião com o presidente Trump. Ele já teve reunião, na condição de presidente, com todos os presidentes americanos: Obama, Bush, todos, sempre buscando mostrar a altivez do nosso país, a importância que o Brasil tem dentro dos contextos da nação. Foi o Trump que pediu para conversar com o Lula, e não o Lula que pediu para conversar com o Trump. Então, o presidente Lula está indo. Espero que seja, efetivamente, uma boa reunião.

Presidente, há pouco falou aqui o representante do PL. Vou pedir a vossa excelência para passar o som da fala de Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, dando conta do acordão feito para a dosimetria e, em função disso, enterrar a CPI. Quem está nos ouvindo, escutem isto.

(Apresentação de áudio pelo celular.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Portanto é isso, presidente. Fizeram um acordão, enterraram a CPI do Master. A bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados quer a CPI e está trabalhando para que ela aconteça. Não há ninguém do governo do presidente Lula envolvido com essa lama. Não há ninguém do Partido dos Trabalhadores envolvido com essa falcatura. Mas está lá o pessoal do PL, está lá o pessoal do PP, não confundir com o PT. Está essa cambada toda que voou nas asas dos aviões deste que não dá para chamar de banqueiro, porque é um bandido, chamado Daniel Vorcaro.

Agora há muita gente sem dormir, à base de Rivotril, aqui em Brasília, por causa da delação do Vorcaro. É muita gente sem dormir. Eu estou tendo o sono mais tranquilo da minha vida. Não andei no avião do Vorcaro, nunca vi o Vorcaro na minha vida. Há gente também com medo da delação de Paulo Henrique. Há uma disputa para ver quem delata primeiro. Parece que o Vorcaro saiu na frente. E o Paulo Henrique, para delatar agora, tem que envolver muita gente para sua delação valer. Portanto, essa é a demonstração efetiva do quanto a extrema-direita se enlameia nesse lamaçal de corrupção no Brasil.

Nós, Deputado Ricardo Vale, eu, vossa excelência e o Deputado Gabriel Magno estamos fora disso. Conversei há pouco com o Deputado Pastor Daniel de Castro, que disse também estar fora. Mas eu quero saber, Pastor, quem são os deputados envolvidos. Eu quero saber. Dizem que há deputado envolvido nisso. Quero saber quem são. Deem os nomes. Quem são? O que fizeram? Assim poderemos puni-los.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Muito obrigado, presidente.

Deputado Chico Vigilante, para a glória de Deus, estas mãos estão limpas. Elas entraram aqui limpas e, pela misericórdia do meu Deus, sairão daqui limpas na hora que Deus quiser. Diga-se de passagem, deputado Chico Vigilante, eu fui o único deputado desta casa que pediu a prisão do Paulo Henrique aqui na tribuna, aqui onde eu estou. Eu fui o único. Porque ele mentiu para esta casa, presidente deputado Ricardo Vale. Ele traiu os deputados.

Vossas excelências de esquerda – o que é natural – não iriam votar a favor de um projeto do governo. Naturalmente, vocês já são oposição e votariam contra o projeto. Um *site*, ontem, soltou uma notícia que mencionava deputados e colocou foto, inclusive, de vossa excelência e da deputada Dayse Amarílio. Eu falei: “Isso aqui é injustiça”, porque vocês nem votaram a favor do projeto. Poderia ser a nossa foto. Mas isso também seria injustiça conosco e traria um peso. Tal como vossa excelência, deputado Chico Vigilante, eu durmo o sono dos anjos.

Mas há uma incongruência: a esquerda não assinou a CPI no Congresso Nacional. Isso é uma falácia. Brigaram, não assinaram. Então, eu não estou entendendo essa fala, não. Essa fala fica meio dúbia, uma vez que o PT e a esquerda não queriam essa CPI. Nós pedimos a CPI. Eu fiz um desafio: “Assinem lá, que eu assino aqui.” Foi um desafio que eu fiz. E não aceitaram esse desafio.

O fato é, deputado Chico Vigilante, que, para nós, que temos as consciências limpas e

tranquilas, que chegamos como homens e mulheres honrados a esta casa e que mantivemos a nossa honradez, é muito bom que haja essa delação urgentemente. É muito bom que saia logo tudo urgentemente, até para tirar a penumbra de quem não merece. Nós queremos saber a verdade.

Mas esse escândalo não começa no Distrito Federal. Ele começa no governo da Bahia. Houve contrato de Jaques Wagner. Houve contrato de Guido Mantega. Houve contrato de gente da direita, da esquerda, do centro. O que nós queremos? É que apareça toda a verdade, deputado Chico Vigilante, e que seja punido exemplarmente quem errou. Aí, sim! Seja de direita, seja de esquerda, seja de centro, seja de que parte do espectro for, se está envolvido, que seja punido. E não punido apenas, mas que vá para a cadeia, que seja arrancado da vida política, porque na política não cabe mais esse tipo de coisa. A política hoje precisa de homens e de mulheres honrados que dediquem o seu tempo em favor da sociedade, porque é ela quem paga os impostos e, portanto, paga o nosso salário.

Esperam de nós honradez, sinceridade, verdade, transparência e, acima de tudo, honestidade. Honestidade não é prerrogativa de quem quer que seja. Honestidade é um atributo que deve ser inerente à personalidade de qualquer ser político. É uma obrigação, não uma virtude. Isso eu tenho como característica e tenho comigo a certeza disso. O que eu faço aqui, eu não faço por virtude. Faço porque é uma obrigação do ser humano. No meu caso, a obrigação de honrar a Deus sobre todas as coisas.

Assusta-me, deputado Thiago Manzoni, que 9 crimes que imputaram ao presidente Bolsonaro já foram arquivados sem nem se tornarem denúncia. Mas era para desgastar a imagem do presidente. Fizeram isso e o fizeram muito forte, a ponto de hoje o presidente Bolsonaro estar preso, enquanto tantos bandidos – inclusive de cortes judiciais – estão aí soltos. São as pessoas que o condenaram.

Deixem-me mostrar para vocês uma mensagem que recebi ontem. Messias Carreiro de Melo é um *influencer* digital – um jornalista, já que jornalista não precisa ter credencial de jornalista de formação. Sua condenação foi de 14 anos, sendo 12 anos e 6 meses de reclusão, 1 ano e 6 meses de detenção, 100 dias-multa. Os crimes pelos quais ele foi condenado – que ele não cometeu – foram: abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio público tombado, associação criminosa. Regime inicial fechado. Condenação ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R\$30.000.000. No dia 4 de setembro de 2026, o ministro Alexandre de Moraes determinou o cumprimento da pena desse cidadão. Onde ele mora? Em Planaltina. Até o momento, ele encontra-se preso no presídio de Betim, Minas Gerais, sem nenhum contato com a família, sem previsão de ser recambiado para o DF.

Messias é natural de Poranga, Ceará, casado com Marlene e pai de 2 filhos, Isabela e Caleb. Messias veio para o Distrito Federal com a esposa para dar um futuro melhor à sua família. Atualmente, é morador de Planaltina e provedor do seu lar. Foi condenado aos 5 crimes, deputado Thiago Manzoni, por apenas ter subido a rampa do Congresso Nacional para fazer uma matéria jornalística, uma *live* pelo Instagram, sem realizar qualquer tipo de crime. Mas ele não teve individualização de conduta, não teve ampla defesa, não teve contraditório. Ele está preso. A pena foi de 14 anos.

Encerro, presidente, louvando a Deus pela vida da Celina. Amanhã nós vamos criar a administração regional da 26 de setembro. Eu tenho um projeto de lei nesta casa que dá à avenida principal da 26 de Setembro o nome Avenida Clezão, em homenagem ao Clezão. E hoje ela assinou um projeto de lei e o enviou para esta casa, para analisar junto conosco. Peço a vossa excelência que assine o projeto de lei comigo também, dando à avenida principal da 26 de Setembro o nome Avenida Clezão.

Quem é Clezão? Ele morreu sob a custódia do Estado. Era um trabalhador, dono de empresa lá na 26 de setembro. Saiu às 16 horas e 48 minutos da sua casa no dia do quebra-quebra. Ele não praticou nada. Ele era diabético, tinha pressão alta, era cardíaco e necessitou tomar um remédio. Ele entrou lá no plenário do Senado e se sentou numa cadeira. Neste momento, ele foi preso. Ele não teve condenação, não teve julgamento. Sabe qual foi o julgamento dele? Morte no sistema prisional. Ele morreu na cadeia sob a tutela do Estado. Eu olhei a ficha criminal do Clezão, e ela não tem um crime. Ele era um homem honrado, pai de família. Dona Jane e as filhas deles estão lá sofrendo a

ausência eterna do pai, morto sob a custódia do Estado, sem nunca ter praticado um crime. Essa é a justiça que nós temos no nosso país.

Eu louvo a Deus, porque o Salmo 89, versículo 14, do salmista Davi, diz que a justiça e o juízo são as bases do trono de Deus. Um dia, a justiça de Deus há de se revelar sobre esses injustos juizes que estão assentados na cadeira, muitas vezes travestidos de criminosos, exarando sentença sobre inocentes.

Que Deus tenha misericórdia do Brasil.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Quero registrar a presença dos alunos e professores do Centro Educacional Prof. Carlos Ramos Mota, do Lago Oeste. Sejam bem-vindos. Peço à TV Câmara Distrital que filme os alunos dessa escola. Quero registrar também a presença dos alunos de Políticas Públicas, da UnB. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa. É sempre uma alegria receber estudantes e professores aqui.

Consulto se algum deputado ainda quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Quero deixar uns parabéns aqui. Depois vossa excelência pode dar também. Vossa excelência tem muitos votos lá também. Neste mês, completam aniversário Águas Claras e Vicente Pires. No sábado passado, em Águas Claras, 3 mil pessoas estiveram na festividade, no desfile cívico que houve na cidade. Quero deixar registrado meus parabéns a Águas Claras e a Vicente Pires.

Águas Claras vai receber uma UPA. Está sendo construída uma UPA lá. Tratei disso com a governadora hoje. Sua excelência vai autorizar a licitação de 2 escolas. Reformei 5 quadras. Fizemos 12 mais 1 quilômetro de asfalto em Águas Claras, reformamos o asfalto, tiramos buracos da cidade, cuidando dela.

Quanto a Vicente Pires, tratei hoje, com a governadora, da licitação de 3 escolas, de praças públicas para a cidade, da sede da administração regional. Tudo isso eu pedi como forma de parabenizar a cidade e levar isso para lá.

Outrossim, amanhã, nasce a região administrativa da 26 de Setembro, através de audiência pública, com a presença da nossa governadora.

Quero agradecer e deixar registrados meus parabéns a Águas Claras e Vicente Pires. Parabéns, 26 de Setembro!

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Bem lembrado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Lembro que ontem foi aniversário do Guará e, no dia 13 agora, é de Sobradinho, cidade em que eu nasci e de que tenho muito orgulho. Moro lá até hoje. Estão fazendo aniversário também o Sudoeste, Octogonal, Riacho Fundo II e Varjão. Muitas cidades estão fazendo aniversário hoje.

Então, meus parabéns a todos os moradores dessas cidades. Vida longa, sucesso e, sobretudo, melhoria para essa população: melhoria na saúde principalmente, na mobilidade, na educação, que é isso que o povo do Distrito Federal quer.

Comunicado da Presidência: "Nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno, informo aos senhores deputados que não será designada ordem do dia para a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 7 de maio. Nesse sentido, a sessão será apenas discursiva e não será disponibilizada ordem do dia. Deputado Wellington Luiz, presidente."

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Registro a presença de alunos do Centro Educacional Prof. Carlos Ramos Mota, localizada no Lago Oeste, na região de Sobradinho. Conheço

muito bem essa escola. Estão de parabéns os alunos, os professores e toda a comunidade escolar. Sejam bem-vindos. Acenem para a TV Câmara. Vou encerrar a sessão em instantes. Vou deixar os alunos aparecerem na TV Câmara para todo o Distrito Federal. (Pausa.)

Como não há quórum, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.
Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
ANP Trilhos – Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos
Caps – Centro de Atenção Psicossocial
Caps AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CEB – Companhia Energética de Brasília
GDF – Governo do Distrito Federal
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PL – Partido Liberal
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PP – Progressistas
PRF – Polícia Rodoviária Federal
Procon – Instituto de Defesa do Consumidor
PT – Partido dos Trabalhadores
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 11/05/2026, às 12:05, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2653184 Código CRC: FCE9E0A5.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00017691/2026-08

2653184v3